Boletim Informativo
Professora Rosa Neide PT
Deputada Federal
Informativo do mandato da deputada federal Professora Rosa Neide (PT-MT) - 07 de Junho de 2019 - Número 03 - Ano I

Rosa Neide denuncia governo Bolsonaro por tentar comprar votos para aprovar Reforma da Previdência

A deputada federal Professora Rosa Neide (PT) denunciou na quinta-feira (30.05), na Comissão Especial da "Reforma" da Previdência (PEC 06/2019), o governo Jair Bolsonaro (PSL) por tentar comprar votos de parlamentares para aprovar a proposta, oferecendo R$ 10 milhões para deputados e R$ 15 milhões para senadores, por intermédio de emendas parlamentares.

A confirmação da tentativa de aliciamento foi dada pelo próprio ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante audiência ocorrida na quarta-feira (29.05), no MEC, com reitores de MT e parlamentares do estado, entre eles Rosa Neide. Os valores das emendas foram revelados pelo próprio ministro.

Rosa Neide junto com os deputados Paulo Teixeira (PT-SP), Alencar Santana (PT-SP), Bira do Pindaré (PSB-MA) e Luiza Erundina (PSOL-SP), apresentou requerimentos de convocação aos ministros da Economia, Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni (Casa Civil), para prestar esclarecimentos sobre a denúncia.

"Reforma" provocará um rombo de R$ 13,6 trilhões

"Bolsonaro quer economizar R$ 1,2 trilhão com essa Reforma, que vai acabar com o sistema de Previdência Social Solidária e substituí-lo pelo de Capitalização Individual. Entretanto, Paulo Guedes não explica qual o custo dessa transição de sistema. Não explica por que, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o custo será de dois PIB, ou seja, R$ 13,6 trilhões. Tem lógica querer economizar 1 tri abrindo um rombo de 13 tri?", questionou o ex-ministro da Previdência, Carlos Gabas, na segunda-feira (20.06), em audiência pública na Assembleia Legislativa, em Cuiabá.

A deputada Professora Rosa Neide (PT) participou da audiência que foi presidida pelo deputado estadual Valdir Barranco (PT) e contou com as presenças do deputado estadual Lúdio Cabral (PT) e demais parlamentares. O evento também reuniu sindicalistas, estudantes, profissionais liberais de diversos segmentos e populares.

Educação domiciliar ampliará o elitismo e segregação
pág02

Mais de 30 mil vão às ruas de MT contra cortes na Educação e contra o desmonte da Previdência
pág03

Seminário Nacional da Associação Universidade em Rede
pág04

Weintraub terá que explicar acesso a sigilos de estudantes
pág04

Editorial

É um crime contra o futuro do País o corte linear de 30% efetuado por Bolsonaro, no orçamento de 2019 das Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em Mato Grosso a UFMT perdeu R$ 34 milhões e o IFMT, R$ 31 milhões.

Tenho dialogado cotidianamente com a reitora da Universidade, Myrian Serra e com o reitor do Instituto, Willian de Paula. A situação de ambas instituições é dramática, pois caso o governo não devolva os recursos, não haverá condições para manutenção das aulas e atividades acadêmicas a partir do segundo semestre.

Um dos argumentos utilizados pelo MEC para os cortes é de que as Universidades e Institutos têm feito balbúrdia. Segundo o dicionário, balbúrdia significa desordem barulhenta, trapalhada, tumulto, etc. Não me parece um argumento plausível para justificar esse ataque sem precedentes às Instituições, que produzem ensino, pesquisa e extensão no País.

Em defesa dos cortes, apoiadores de Bolsonaro têm espalhado fake news nas redes sociais. Entre as mentiras propagadas, está a acusação de que as Universidades e Institutos são elitizadas e atendem apenas às famílias de renda alta. Para combater mentiras só há um caminho: a verdade.

Divulgado no segundo semestre de maio, os dados da 5ª Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace), da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) apontam que a maioria dos graduandos é de baixa renda; são pardos ou pretos e cursaram o Ensino Médio em Escola Pública.

Do total de estudantes das Universidades Federais em 2018 – 70,2% – têm renda mensal familiar per capita de até 1 salário mínimo, sendo a renda média de R$ 640. Na UFMT, dos 28 mil estudantes matriculados ano passado, 68,6% possuíam renda familiar de até 1 salário mínimo e meio per capita.

Fica claro que o ataque às Universidades atinge diretamente os filhos dos trabalhadores, que passaram a ter acesso ao Ensino Superior Público durante os governos Lula e Dilma. São esses estudantes de baixa renda, pretos, pardos e oriundos de Escola Pública, que o ministro da Educação, Abraham Weintraub acusa de fazer balbúrdia? Os cortes são para impedir que as Universidades e Institutos Federais continuem ofertando ensino de qualidade a esse contingente de brasileiros, historicamente excluídos do Ensino Superior no País?

Até agora Bolsonaro e Weintraub não justificaram a necessidade dos cortes. O ministro compareceu no plenário em Comissão Geral da Câmara no dia 15 de maio, para prestar esclarecimentos. Ele retornou à Casa na Comissão de Educação no dia 22. Em ambas as ocasiões não apresentou justificativa plausível.

Contra os cortes e contra a PEC 06/2019 da Reforma da Previdência, milhões de brasileiros e brasileiras saíram as ruas nos dias 15 e 30 de maio. A defesa da Educação Pública e das Aposentadorias também são pautas da Greve Geral do dia 14 de junho.

Seguirei lutando na Câmara dos Deputados contra os cortes na Educação e contra o desmonte da previdência. Continuarei atuando junto à bancada federal de MT para que a maioria dos nossos 8 deputados e 3 senadores se engajem nessa luta. É imperativo que o MEC devolva os recursos da UFMT e do IFMT e que derrotemos a famigerada PEC 06.

#AfederalDeMT
Professora Rosa Neide
Deputada Federal (PT-MT)

Ciclo de debates sobre o Fundeb permanente

A Comissão Especial do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) aprovou, na terça-feira (14.05), três requerimentos da deputada Rosa Neide (PT), que solicitam a realização de audiências públicas para discutir o Fundeb permanente. "O objetivo é atualizar o debate com especialistas, entidades representativas de estados e municípios, profissionais da educação e instituições", explicou a parlamentar.

Educação domiciliar ampliará o elitismo e segregação

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados debateu, na quinta-feira (30.05), a educação domiciliar (homeschooling). A atividade foi proposta pela deputada Rosa Neide (PT). Segundo a petista, a educação domiciliar pode significar, na prática, elitismo e segregação.

Para o professor da Universidade Federal de Minas Gerais Carlos Roberto Jamil Cury, o Brasil ainda não atingiu os patamares de democratização de acesso à educação. "O homeschooling separa o dever solidário entre o Estado e a família. A escola é a única instituição sistemática, permanente, avaliada e institucionalizada que permite a vivência com o pluralismo", afirmou.

Expediente

Produzido pela Assessoria da deputada federal Professora Rosa Neide (PT)

Gabinete em Brasília
Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes
Anexo III - Gabinete 371 - Fone - (61) 3215-5371
site: www.professorarosaneide.com.br
e-mail: dep.professorarosaneide@camara.leg.br

Escritório Político em Cuiabá
Rua Deputado Roberto Cruz, Quadra 12, Número 01
Bairro Miguel Sutil - Cuiabá/MT
CEP: 78048-298
Telefone: 65 3054-4839

Jornalistas Responsáveis: Layla Andrade
Volney Albano
Diagramação: André Ribeiro
Tiragem: 15.000

Mais de 30 mil vão às ruas de MT contra cortes na Educação e contra o desmonte da Previdência

Foto: Gazeta Digital

Mais de 30 mil pessoas ocuparam as ruas e praças de Cuiabá e de várias cidades de Mato Grosso, na quarta-feira (15.05), em defesa da Educação e das aposentadorias, na Greve Nacional da Educação. Segundo a CNTE mais de dois milhões de pessoas participaram das manifestações em todos os Estados do País e no Distrito Federal.

Professora Rosa Neide (PT) participou pela manhã da manifestação em Brasília. À tarde sua assessoria esteve na mobilização em Cuiabá, que reuniu mais de 12 mil pessoas. Também houve atos em Rondonópolis, Tangará da Serra, Alta Floresta, Barra do Garças, Pontes e Lacerda, Cáceres, Primavera do Leste, Sorriso e Guarantã do Norte.

Na quinta-feira (30.05), brasileiros e mato-grossenses voltaram às ruas, na segunda manifestação nacional contra os cortes efetuados por Bolsonaro nos recursos da Educação e contra a "Reforma" da Previdência.

Rosa Neide apoia greve da Educação

Foto: Jadson Oliveira/Sintep-MT

A deputada Professora Rosa Neide (PT) participou no sábado (18.06), em Cuiabá, do Conselho de Representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT). O evento reuniu representantes de todas as regiões do Estado e deliberou pela Greve na Educação Estadual, que foi aprovada na Assembleia Geral da categoria, realizada na segunda-feira (20.06).

Rosa Neide apoia o movimento grevista, que reivindica o cum-primento da lei 510/2013 da dobra do Poder de Compra, a posse dos concursados (as), o pagamento da RGA e a melhoria da estrutura física das Escolas. A lei 510 foi aprovada no período que Rosa Neide atuou como Secretária de Estado de Educação e é fruto da luta da categoria.

Apesar da pressão do governo de MT que de maneira arbitrária vem cortando o ponto dos profissionais que aderiram ao movimento, em Assembleia Geral realizada no dia 10 de junho, a categoria deliberou pela continuidade da Greve.

Seminário Nacional da Associação Universidade em Rede

Professora Rosa Neide (PT) participou na terça-feira (04.06), em Brasília, do Seminário Nacional da Associação Universidade em Rede (UniRede), que debateu as políticas para o desenvolvimento científico e tecnológico de instituições públicas, que atuam com educação aberta e a distância (EaD).

Na quinta-feira (06.06), a Comissão de Educação da Câmara debateu a mesma temática. "A EaD é estratégica para o desenvolvimento da oferta de educação em todo País, quando se consideram as metas do Plano Nacional de Educação", afirmou a deputada Rosa Neide, requerente da audiência.

Deputada participa da JURA e defende direitos dos Povos Indígenas

Professora Rosa Neide (PT) participou na segunda-feira (27.05), da Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária (JURA) 2019, na UFMT Campus Cuiabá. Pela manhã a deputada se reuniu com lideranças indígenas de 22 Etnias de MT, no auditório do Museu Rondon para discutir junto aos Órgão responsáveis pela Educação, suas necessidades emergenciais. À tarde participou no Centro Cultural, da mesa de debates sobre Direitos dos Povos Indígenas, com a deputada Joênia Wapichana (Rede-RR) e o professor Gersen Baniwa da Universidade Federal do Amazônias (UFAM). As lideranças reclamaram da falta de apoio à Educação Indígena. "No período que fui Secretária de Educação em MT construímos mais de 80 Escolas indígenas, com recursos de convênio dos governos Lula e Dilma. Agora, o governo Bolsonaro não faz mais convênio. Faltam recursos para atender o mínimo nas escolas das aldeias e não há apoio da União", criticou Rosa Neide.

No período da tarde, a petista citou que o direito à educação escolar indígena está garantida na Constituição de 1988 e na LDB de 1996. A deputada Indígena, Joênia citou a luta pela demarcação das terras. A parlamentar de Roraima ainda denunciou o avanço do agronegócio sobre o território indígena.

Militarização das Escolas

A comissão de Educação da Câmara dos Deputados realizou na quinta-feira (09.05), seminário sobre a Militarização das escolas e os desafios da gestão democrática e da educação de qualidade para todos. A atividade foi proposta pela deputada Rosa Neide (PT). A parlamentar afirmou que a segurança pública precisa ser o melhor parceiro da escola e que precisam caminhar juntas, mas cada área com seu papel.

"Até onde vai o papel da Polícia e qual é o do professor? Essa é uma pergunta bastante importante. Nós não podemos confundir as funções, as duas categorias precisam trabalhar em harmonia. A militarização da educação fere os direitos fundamentais garantidos na Constituição", disse Rosa Neide.

Weintraub terá que explicar acesso a sigilos de estudantes

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e os dirigentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), terão de prestar esclarecimentos sobre os pedidos de acesso aos dados sigilosos de estudantes. O requerimento de autoria da deputada Rosa Neide (PT) e do deputado Alencar Santana (PT-SP) foi aprovado na quarta-feira (05.06), na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

"O sigilo de informações é uma garantia fundamental assegurada pela Constituição. É o nosso papel defender o legado do Inep que tem como missão subsidiar a formulação de políticas educacionais de diferentes níveis de governo com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País", afirmam.